



DOI: <https://doi.org/10.22484/2318-5694.2025v13id5906>

TEMPOS DE PÓS-VERDADE: AS REDES E A CRISE DA DEMOCRACIA

Post-truth times: networks and the crisis of democracy

Tiempos de posverdad: redes y crisis de la democracia

Rafael Magalhães Angrisano¹

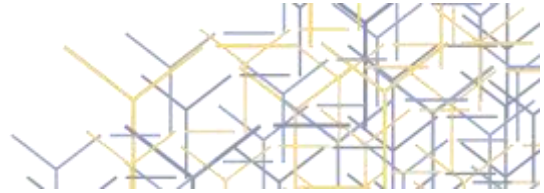
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4036-0495>

E-mail: rafaelangrisano@yahoo.com.br



HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: digitalização e crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022. 112p.

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, Brasil.



O livro "Infocracia – Digitalização e crise da democracia", de Byung-Chul Han, apresenta uma visão sintética sobre discussões contemporâneas políticas, sociais e semióticas a respeito da digitalização dos meios e suas implicações para as democracias modernas.

Em 107 páginas, o autor explora questões como o regime informacional, o fim da comunicação e a pós-verdade. A obra é dividida em cinco capítulos: 1- Regime de informação; 2 - Infocracia; 3 - O fim da ação comunicativa; 4 - Racionalidade digital; 5- A crise da verdade.

No primeiro capítulo, Han trabalha a noção de regime de informação. Para o autor, esse conceito é uma forma de dominação por meio de informações, algoritmos processados e inteligência artificial que determinam as processualidades econômicas, sociais e políticas. Ao contrário do regime disciplinar de Foucault, a exploração não é dos corpos, mas dos dados. Para o autor, a própria posse dos meios de produção seria secundária diante dos dados de controle de comportamento e, dessa maneira, o capitalismo de informação tornaria obsoletas as técnicas disciplinares. "O imperativo da transparência faz com que as informações circulem livremente. Não são as pessoas que são realmente livres, mas as informações [...] as pessoas estão aprisionadas nas informações" (p. 14).

De acordo com o filósofo, a vigilância penetra no cotidiano digital que não se rebela contra essa forma de dominação e a repressão e as ordens dão lugar aos "sussurros". Assim, identidades se transformariam em mercadorias afetadas por psicopolíticas de dados.

No segundo capítulo, o autor aborda o que chama de Infocracia. A implacável digitalização do mundo da vida avança a largos passos, causando alterações profundas nos processos democráticos. Segundo Han, a democracia se torna infocracia. Da invenção da imprensa e dos discursos lógicos, evoluindo e passando pelos discursos midiáticos – midiocracia teatralizada e telecracia – hoje temos telas e monitores substituídos pelo *touchscreen*. Mesmo a TV sendo um império de aparências, ainda não representava um reino de *fake news*.

No regime de informação, as pessoas não são mais telespectadoras passivas, que se rendem ao entretenimento. São emissores ativos. Produzem e consomem, de modo permanente, informações. A embriaguez de comunicação que assume, pois, formas viciadas, compulsivas, retém as pessoas em uma nova menoridade [...]. Na era das mídias digitais, a esfera pública discursiva não é ameaçada por formatos de entretenimento das mídias de massa, não pelo infoentretenimento, mas sobretudo pela propagação e proliferação viral de informação, a saber, pela infodemia (p. 33-34).



Segundo Han, a razão precisa de tempo e nesse tipo de sociedade acelerada de explosão informacional, somos privados de racionalidade. Além disso, somos computados psicometricamente, possibilitando marketing políticos perfilados, influenciando o comportamento eleitoral e de consumo em níveis inconscientes, como no caso da empresa *Cambridge Analytica*, primordial para a eleição de Donald Trump como presidente dos EUA em 2016. *Bots* seriam suficientes para virar a opinião pública. Informação se converteria em arma e comunicação se tornaria meme viral. Para o autor, o discurso lógico e a verdade não podem ser virais.

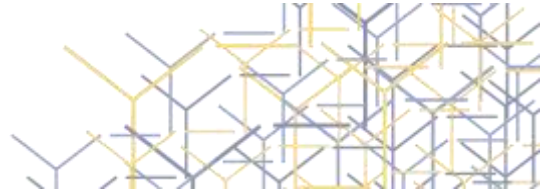
No terceiro capítulo, é abordado o fim da ação comunicativa. O autor considera ingênua a visão que Pierre Levy havia imaginado de uma democracia digital mais direta com o advento da internet. A comunicação do algoritmo não é livre nem democrática, ela cria zumbis de consumo. Han considera que o outro é fundamental para a constituição da ação comunicativa habermasiana. Na sociedade atual, não se escuta o outro e, para ele, o discurso só se realiza a partir de uma prática que envolve escuta atenta.

Os ambientes controlados proporcionariam apenas grandes bolhas de “eus” que prestam homenagens ao culto deles mesmos. O outro se apagaria, na digitalização e “desfaturização” do mundo e, dessa maneira, culminaria na crise da democracia. Segundo o filósofo, até mesmo teorias da conspiração são ofertas de identidade que se tornam mais importante que o “saber”. “Na ação comunicativa, cada participante reivindica uma validade. Se ela não for aceita pelo outro, não se tem discurso” (p. 60).

A racionalidade argumentativa se constrói por argumentos, mas para Han, hoje, é a opinião que é sagrada. Comprometer-se com certa opinião geraria sentimento de pertencimento a uma tribo digital. Só ouvimos o que nós mesmos falamos e esse seria o fim da ação comunicativa para o autor.

No quarto capítulo, são exploradas questões a respeito da racionalidade digital. De acordo com o filósofo, há tanta informação a ser processada que nossa racionalidade limitada não seria suficiente e, assim, surgem os *big data*. Han destaca que os defensores dessa perspectiva acreditam que a IA ouve melhor do que o ser humano, uma racionalidade sustentada apenas com dados, sem discurso. A inteligência artificial apenas calcula. Os argumentos viram algoritmos que corrigem seus erros por conta própria, com um olhar quase divino, o que otimizaria o bem-estar de todos. Segundo o filósofo, a própria democracia seria obsoleta no futuro. Afinal, seria substituída por técnicos informáticos que administrariam o mundo sem pressupostos ideológicos. Han é bastante crítico a essa forma de enxergar as coisas.

Enfim, no último capítulo, o autor reflete sobre a crise da verdade na atual conjuntura. De acordo com ele, hoje vivemos um novo tipo de niilismo, mas não como o niilismo de Nietzsche, em que os valores perderam a validade. No niilismo do século XXI, a sociedade perdeu a crença na verdade em si. Teríamos perdido o mundo comum, a linguagem comum. “O novo niilismo não implica que a mentira foi feita verdade ou que a verdade foi difamada como mentira. Em vez disso, a própria diferenciação entre a verdade e a mentira é que foi anulada” (p. 84).



Fake news vão além da mentira, porque elas descontextualizam e inventam outro real, o que não é mentir no sentido comum para Han. Citando a obra literária *1984*, o autor afirma que na máxima mentira a própria linguagem é retorcida, "rementida". A sociedade da informação tornar-se-ia, então, a sociedade da desconfiança. A exclusividade da verdade daria lugar à abundância da informação. O fim da verdade, das grandes narrativas, culmina, assim, na sociedade da informação e, para Han, a informação é apenas um lapso de atualidade, enquanto a verdade é duração. "A verdade decai em poeira de informação levada pelo vento digital" (p.107).

Concluindo, *Infocracia*, de Byung-Chul Han, é um livro potente e importante para qualquer tipo de leitor. A relevância dele está na atualidade e importância de suas meditações para que a sociedade reflita sobre os caminhos possíveis e a manutenção de ganhos civilizatórios fundamentais como o da democracia. Apesar de pessimista, a leitura do livro pode servir para a construção de um mapa conceitual sobre o cenário em que vivemos.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara que não há conflito de interesse com a resenha "Tempos de pós-verdade: as redes e a crise da democracia".

Revisão gramatical por: Mário F. I. Viggiano

E-mail: marioviggiano@uol.com.br